

INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO NA ATUALIDADE¹

Olga Maria de Araújo Soares²; Maria de Lourdes Mattos Barreto³

(Universidade Federal de Viçosa, olga.soares@ufv.br)

Resumo: Este artigo apresenta o relato de uma pesquisa sobre a representação de crianças e adolescentes sobre a inclusão escolar. Utilizou-se neste estudo o Método Clínico, sendo os dados coletados por meio de entrevista clínica. A utilização do Método Clínico baseia-se no pressuposto de que os sujeitos têm estrutura de pensamento coerente, constroem representações da realidade ao seu redor e revelam isso durante a entrevista ou por meio de suas ações. Para isso, há a intervenção sistemática do experimentador diante da conduta do sujeito, colocando-o em uma situação problemática que ele tem que resolver ou explicar, e a partir da atuação do sujeito, colocando-o em uma situação problemática que ele tem que resolver ou explicar, e a partir da atuação do sujeito novas intervenções são feitas com o objetivo de esclarecer qual o sentido do que ele está fazendo ou falando. A utilização desse método se baseia no pressuposto de que os sujeitos têm suas próprias ideias sobre o mundo à sua volta, que não são mera cópia da realidade do que recebem. Os dados sofreram análise qualitativa, e as respostas dos sujeitos foram agrupadas em níveis de compreensão social. Os resultados indicaram que as crianças e adolescentes, mesmo não vivenciando a inclusão em suas escolas, têm o que dizer sobre esse processo. Além disso, essa representação é construída ao longo do desenvolvimento humano, ou seja, não somente quando o sujeito é mais velho. Entende-se que um aspecto positivo para a construção de uma escola inclusiva seria que as crianças e adolescentes pudessem vivenciar suas experiências para que, com a ajuda do professor, pudessem articulá-las, proporcionando construções mais adequadas de respeito e valorização da diversidade para que não sejam formadas atitudes negativas em relação aos colegas com deficiência.

Palavras-chave: Método Clínico, Educação, Inclusão escolar.

¹ O texto é parte da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós- Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV)

² Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Professora EBTT da Universidade Federal de Viçosa (Departamento de Economia Doméstica)

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professora da UFV e docente dos Cursos de Economia Doméstica e Educação Infantil e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV, Viçosa, MG, Brasil.

INTRODUÇÃO

Discussões são feitas com relação à inclusão escolar assim como a importância de se respeitar e valorizar a diversidade pensando na convivência em sociedade. Concordando com Mantoan (2004, p 38) a escola precisa compreender que aprender implica em saber expressar e representar o mundo, a partir das “nossas origens, valores, sentimentos”. Essas discussões devem surgir também na escola: o que as crianças e adolescentes tem a dizer sobre a inclusão escolar mesmo que não estejam ou não vivenciaram ainda esse processo?

Conhecer o que as crianças e adolescentes pensam a respeito da inclusão escolar é necessário para a construção de uma escola em que todos os envolvidos sejam ouvidos, respeitados e participem, respeitando assim, o direito das crianças e adolescentes. O respeito de que falamos tem concordância com o que apresenta Mantoan (2004) em que as ações educativas têm relação com o convívio com as diferenças, reconhecendo a riqueza delas. Pensando nessas questões, foi realizada uma pesquisa de mestrado como o objetivo geral de conhecer a representação que as crianças e adolescentes de 5 a 14 anos têm sobre o processo de inclusão escolar na rede regular de ensino, no Município de Viçosa, MG. Para tal, como método de coleta e análise de dados, foi utilizado o Método Clínico Piagetiano.

Acreditamos que a inclusão escolar vai muito além do que inserir crianças e adolescentes com deficiência na escola. É preciso ouvir os sujeitos que participam desse processo como uma forma de respeitar todos os envolvidos- com ou sem deficiência. Esse é um grande desafio pois “ o direito a diferença nas escolas descontrói, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e mecanismos de produção de identidade e da diferença” (MANTON, 2004, p.39).

METODOLOGIA⁴

O método de coleta e análise de dados utilizados na pesquisa foi o Método Clínico Piagetiano. Como afirma Delval (2002) por ser um procedimento para explorar campos novos, como muitos temas referentes à construção de parte dos conhecimentos sociais e descobrir também tendências do pensamento da criança que, de outra maneira, seriam difíceis de imaginar.

⁴ Dados retirados da dissertação: SOARES, O, M. **A Representação de crianças e adolescentes sobre a inclusão escolar**. Viçosa, MG: UFV. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

A utilização do Método Clínico baseia-se no pressuposto de que os sujeitos têm estrutura de pensamento coerente, constroem representações da realidade ao seu redor e revelam isso durante a entrevista ou por meio de suas ações. Para isso, há a intervenção sistemática do entrevistador diante da conduta do sujeito, colocando-o em uma situação problema que ele tem que resolver ou explicar, e a partir da atuação do sujeito novas intervenções são feitas com o objetivo de conhecer melhor qual o sentido do que ele está fazendo ou falando. A utilização desse método se baseia no pressuposto de que os sujeitos têm suas próprias ideias sobre o mundo à sua volta, que não são mera cópia da realidade do que recebem (DELVAL, 2002).

A pesquisa foi realizada com crianças e adolescentes que frequentavam uma instituição municipal que atende à Educação Infantil e uma que atende ao Ensino Fundamental. A amostra foi composta por 36 crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 14 anos. A escolha dessas unidades educacionais se deu por atender aos critérios da pesquisa: estar classificada na rede municipal e ter uma população que compreenderia o número necessário de crianças e adolescentes da faixa etária de 5 a 14 anos, proposta no estudo.

As faixas etárias foram delineadas de forma a abranger três estágios teóricos de desenvolvimento: pré-operatório, operatório concreto e operatório formal, permitindo, assim, realizar um estudo evolutivo. Dessa forma, teoricamente, crianças de 5 a 7 anos encontram-se no estágio pré-operatório; as de 8 a 10 anos, o estágio operatório concreto; e as 11 a 14 anos, no estágio operatório formal. O número de sujeitos por faixa etária foi definido segundo o critério utilizado por Delval (2002), que afirmou que 10 sujeitos por idade é um número adequado e suficiente para se conhecerem as ideias das crianças. Além de 10 sujeitos, as ideias vão se tornando repetitivas.

A opção pela faixa etária a partir de 5 anos e não pelas crianças menores no estágio pré-operatório se justifica, uma vez que é a partir dos 4 anos que as crianças conseguem expressar suas ideias mais facilmente, utilizando a linguagem verbal e, dessa forma, o pesquisador teria melhor compreensão das representações infantis.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, em protocolos específicos para tratamento e análise dos dados. As perguntas e as respostas foram transcritas da maneira como ocorreu no momento da entrevista. Após as transcrições, as gravações foram destruídas. Como forma de resguardar os aspectos éticos da pesquisa, a identificação dos entrevistados foi reservada e não divulgada.

A análise foi realizada em etapas em duas etapas. Uma etapa inicial em que se separaram os protocolos com as respostas das crianças e adolescentes por idade. Foram separadas em três grupos as idades das crianças e adolescentes: grupo 1 (5 a 7 anos), grupo 2 (8 a 10 anos) e grupo 3 (11 a 14 anos). No tratamento dos dados, categorizaram-se e classificou as respostas dos sujeitos de acordo com os tipos propostos por Piaget: não importismo; fabulação; e crenças (crença sugerida, crença desencadeada e crença espontânea). A segunda etapa foi a análise propriamente dita, em que se marcou cada um dos protocolos com duas colunas, uma para o tipo de respostas e uma para o nível, de acordo com a proposta de Delval (2002).

Com relação ao tratamento dos dados, primeiramente foram levantados os tipos de respostas dadas pelas crianças, apontados por Piaget. As respostas não importistas e fabuladas foram classificadas no nível Pré-I. Para cada tipo de resposta foram selecionadas e atribuídas cores que marcavam a resposta. Os protocolos da entrevista com as respostas das crianças foram analisados um a um, para verificação da evolução do conceito estudado.

Para verificação dos níveis em que cada criança se encontrava, foram levantadas as categorias de análise já estabelecidas na entrevista: Reconhecimento da Diferença, Ambiente Físico, Reconhecimento da Deficiência e Respeito e Cooperação. Elaborou-se um quadro para cada faixa etária, relacionando cada categoria como o respectivo nível e calculando as porcentagens de crianças em cada nível.

Para analisar as concepções de crianças e adolescentes, utilizou-se a teoria piagetiana e em autores que tratam do tema da inclusão. As respostas não importistas e fabuladas foram classificadas no nível Pré-I proposto por Silva (2009) e Rocha (2009). A análise foi realizada de acordo com as categorias de respostas encontradas, e classificaram-se as respostas em níveis de compreensão, remetendo aos níveis propostos por Delval (2002), sendo eles: nível I, nível II e nível III.

Realizou-se a análise qualitativa dos protocolos da entrevista, procurando estabelecer relações entre as respostas de crianças e adolescentes, agrupando-as em conteúdos semelhantes. Com base no tipo de raciocínio subjacente às respostas dadas pelas crianças e adolescentes, os dados foram, ainda, quantificados mediante o cálculo percentual, considerando-se as respostas das crianças e adolescentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO⁵

A pesquisa investigou como ocorre a evolução do pensamento de crianças e adolescentes sobre o reconhecimento da diferença, sobre o ambiente físico de uma escola regular que tem crianças/adolescentes com deficiência, sobre o reconhecimento da deficiência e sobre o respeito e cooperação das crianças/adolescentes sem deficiência com as crianças/adolescentes com deficiência. Acreditamos na importância de ouvir as crianças e adolescentes que, como seres ativos na construção do conhecimento, têm contribuições a dar e devem ser levadas em consideração, fazendo refletir sobre a inclusão escolar.

O método clínico piagetiano mostrou-se adequado para se compreender a evolução do conhecimento social construído por esses sujeitos a respeito da inclusão de crianças que não enxergam, que precisam de cadeira de rodas e que não ouvem e não falam na escola regular. É importante salientar que esse método exige muita prática por parte do pesquisador, e a construção da entrevista clínica, que foi o nosso instrumento de coleta e análise de dados, demanda muita reflexão, leituras e releituras, a fim de construir as perguntas necessárias para atingir os objetivos e que os sujeitos entrevistados possam compreender aquilo que se pergunta.

A partir das comparações nas representações das crianças e adolescentes de 5 a 14 anos, percebemos a evolução ocorrida no conhecimento do processo de inclusão escolar, confirmando a hipótese do estudo de que as crianças, desde os 5 anos, fazem representações sobre a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na escola regular. Essas representações vão se modificando, em um processo contínuo, à medida que se desenvolvem cognitivamente, partindo de ideias pré-formadas até as mais complexas.

A representação que se faz de algo, de um conteúdo, no caso da inclusão, e com relação ao reconhecimento da diferença, do ambiente físico de uma escola regular que tem sujeitos com e sem deficiência, o reconhecimento da deficiência e o respeito e a cooperação com sujeitos com deficiência não se dão quando o sujeito já tem um pensamento formal apenas, mas vai sendo construído ao longo do desenvolvimento. Assim, mesmo não tendo experiência direta com crianças e adolescentes com deficiência na escola, as crianças e adolescentes têm o que dizer e estão construindo seus conceitos sobre as diferenças, especificamente sobre as deficiências física e a inclusão escolar.

⁵ Dados retirados da dissertação: SOARES, O, M. **A Representação de crianças e adolescentes sobre a inclusão escolar**. Viçosa, MG: UFV. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

Acreditamos na importância de ouvir as crianças e adolescentes como uma maneira de compreender não somente as representações de grupos etários determinados, mas também como se constrói o conhecimento ao longo do desenvolvimento até chegarem a ser adultos, considerando que esses sujeitos são ativos na construção do conhecimento. É ouvindo essas crianças e adolescentes que podemos identificar suas ideias e refletir sobre o papel da escola, da família e da sociedade. Além disso, nada mais justo que ouvir os envolvidos nesse processo, uma vez que eles participarão ativamente, desenvolvendo suas atividades escolares, interagindo uns com os outros, construindo suas concepções e atitudes diante da inclusão de sujeitos com deficiência. Mesmo que não convivam com deficiência na escola, vão conviver na sociedade, pois a diversidade está em todo lugar e, mesmo que não se tenha a experiência da inclusão na escola, o respeito à diferença é fundamental para viver em uma sociedade.

É importante ressaltar que, mesmo que as crianças e adolescentes não tem experiência de inclusão em suas escolas, isso não quer dizer que não tenham o que dizer sobre isso, pois como a pesquisa mostrou, elas refletem sobre essa realidade, principalmente a partir de situações-problemas que as fazem pensar sobre soluções para a construção de uma escola inclusiva. A partir das respostas das crianças e adolescentes, percebemos que são favoráveis à inclusão de sujeitos com deficiência na escola e que gostariam de desenvolver atividades com eles.

Porém a falta de conhecimento sobre a deficiência ou sobre as potencialidades dos sujeitos com deficiência levou muitas vezes a respostas negativas quanto à inclusão dessas crianças e adolescentes com deficiência. Assim, o preconceito aparece na medida em que, por falta de informações coerentes, os sujeitos entrevistados acreditam que a deficiência pode impossibilitar as crianças ou adolescentes de estudar em uma escola com outros sujeitos que não têm deficiência.

As crianças e adolescentes se sentiram importantes ao participar da entrevista, pois era um momento em que alguém estava ouvindo suas ideias, querendo realmente conhecer o que elas têm a dizer sobre aquilo que dizem respeito a elas. Além disso esses sujeitos tiveram a oportunidade de refletir sobre questões que, segundo eles, nunca tinham pensado antes, realizar pesquisa com crianças e adolescentes é reconhecer as contribuições que esses sujeitos têm a nos dar e ter a responsabilidade de ser fiel àquilo que nos dizem, valorizando suas representações.

Entende-se que um aspecto positivo para a construção de uma escola inclusiva seria que as crianças e adolescentes pudessem vivenciar suas

experiências para que, com a ajuda do professor, pudessem articulá-las, proporcionando construções mais adequadas de respeito e valorização da diversidade para que não sejam formadas atitudes negativas em relação aos colegas com deficiência.

Podemos inferir que a falta de informação e de reflexão é um agravante quando pensamos em incluir crianças com deficiência na escola regular, e esta questão é muito importante, pois a falta de conhecimento pode levar ao preconceito. Quando há informações objetivas e coerentes, as crianças e adolescentes têm a oportunidade de construir conhecimentos reais com relação às deficiências, como as possíveis dificuldades de aprendizado, a percepção de habilidade e possibilidades dos sujeitos com deficiência, proporcionando concepções mais adequadas sobre essa realidade. Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras (MANTON, 2005, p.41).

Assim, os membros da família e da sociedade devem dialogar com suas crianças e adolescentes sobre o que elas pensam sobre a inclusão de sujeitos com deficiência na escola, suas dúvidas e contribuições, utilizando recursos como mídia, jornais e revistas para promover essas discussões. Os professores também devem manter um diálogo aberto com suas crianças e adolescentes sobre a inclusão escolar, refletindo sobre a rotina, sobre o espaço físico, sobre o desenvolvimento das atividades, utilizando, por exemplo, histórias, livros, brincadeiras e jogos como instrumento para facilitar essas discussões.

CONCLUSÃO

As considerações apresentadas aqui ressaltam a importância de escutar crianças e adolescentes como membro da família e da sociedade, de estudar a escola como uma instituição diretamente relacionada à instituição família, considerando que é ao longo do desenvolvimento que vamos construindo o conhecimento de mundo. É importante reconhecer as diferenças, de respeitar e, também inserir os sujeitos deficientes no mundo, mas, para isso, são necessárias mudanças físicas e humanas, para que realmente haja inclusão. Por fim observamos que as crianças e adolescentes apontaram aspectos que podem parecer simples, mas que são fundamentais para que haja verdadeiramente uma inclusão, como um direito (SOARES, 2012).

A partir dos resultados dessa pesquisa, temos a oportunidade de refletir sobre qual escola verdadeiramente queremos para nossas crianças e adolescentes, e o que nós, como cidadãos podemos fazer para construir em nossa casa, na escola, no local de trabalho e na sociedade ambientes que reconheçam, respeitem e valorizem a diversidade humana, apresentando assim um grande desafio para a educação escolar brasileira. “Se pretendemos que a escola seja inclusiva, é urgente redefinirem-se seus planos para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças” (MANTOAN, 2004, p.40).

É um desafio na atualidade garantir uma verdadeira educação inclusiva no sentido de ir além da garantia de vagas e permanência da criança e adolescente na instituição escolar. Nesse sentido, a pesquisa mostrou a importância de ser ouvir os sujeitos envolvidos nesse processo, qual a representação deles com relação à inclusão escolar para que, conhecendo essas concepções, possamos pensar em estratégias de respeito e valorização da diversidade. Como afirma Sanches (2005):

“A educação inclusiva é o grande desafio de todos os que trabalham em educação. No mundo do individualismo e da competição individual sempre frenética e usando, por vezes, estratégias pouco éticas para si e para os outros, é muito difícil pensar e falar numa sociedade mais humana” (SANCHES, 2005, p.14).

Dessa forma, percebemos que além de ser um desafio nos propor a ouvir crianças e adolescentes sobre a inclusão escolar, torna-se um desafio também pensar numa instituição escolar em que haja cooperação, respeito e valorização do sujeito seja ele com ou sem deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELVAL, Juan. **Introdução à prática do Método Clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2002, 267 p.

<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/622/802> Acesso em: 01 set. 2017.
MANTOAN, M.T.E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. R.CEJ, Brasília, n.26, p.36-44, jul./set.2004. Disponível em:

ROCHA, M. **Estudo da Representação sobre os recursos monetários e sua relação com o consumo por crianças e adolescentes, em uma perspectiva**

piagetiana. Viçosa, MG: UFV. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

SANCHES, Isabel (2005). **Compreender, agir, mudar, incluir.** Da investigação-acção à educação inclusiva. *Revista Lusófona de Educação*, 5, pp. 127-142.

SILVA, M. O. Representações de crianças e adolescentes sobre trabalho numa perspectiva piagetiana. Viçosa, MG: UFV. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

SOARES, O, M. A Representação de crianças e adolescentes sobre a inclusão escolar. Viçosa, MG: UFV. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.